

O Nordeste e a Constituinte



Abertura do Seminário: uma dívida a ser resgatada

O Nordeste visto através de uma nova perspectiva: este foi o objetivo do seminário “O Nordeste e a Constituinte”, realizado nos dias 26 e 27 de agosto no auditório da Fundação José Augusto, em Natal, no Rio Grande do Norte.

Além de técnicos, estudantes, profissionais liberais, empresários e administradores, participaram do encontro o senador Marcondes Gadelha, da Paraíba, os deputados Henrique Eduardo Alves e Ismael Vanderley, do Rio Grande do Norte, Virgildásio Sena e Genebaldo Correia, da Bahia, Luiz Freire e Oswaldo Lima Filho, de Pernambuco, Paes Landim, do Piauí, e José Costa, de Alagoas.

O seminário foi promovido pelo Grupo de Estudos de Políticas Públicas —

GEPP — e pela Fundação Centro de Formação do Servidor Público — FUNCEP —, órgãos da SEDAP. Segundo o coordenador do Grupo de Estudos de Políticas Públicas, Célio França, o seminário foi motivado pelo momento atual, que está exigindo abordagens mais audaciosas e complexas das questões políticas e principalmente administrativas, principalmente em função das definições que estão surgindo através da Assembléia Nacional Constituinte.

Célio França disse que o governo federal expandiu-se extraordinariamente em termos físicos, ampliou suas competências tradicionais e opera instrumentos diferenciados de intervenção na realidade sócio-econômica do país.

— No Brasil — afirmou — iniciam-se projetos e diversas outras formas de atua-

ção do setor público sem qualquer preocupação maior com as questões gerenciais e administrativas destes esforços. Desperdiçam-se recursos escassos e se ampliam os níveis de ineficiência do serviço público. Mas o governo do Presidente José Sarney tem estado atento e envidado todos os esforços para a mobilização da máquina administrativa e a conseqüente redução dos custos do governo e do déficit público.

— O GEPP é um colegiado — completou — de assessoramento ao Ministro Aluizio Alves e tem como responsabilidade primeira a identificação e agregação de outras competências existentes em todos os setores da sociedade para a realização de estudos, projetos e proposições de inovação administrativa de que tanto necessitamos.